

**REVISTA**  
**PORTUGUESA**  
**de HISTÓRIA**

**tomo XXXIV**



**COIMBRA 2000**  
**FACULDADE de LETRAS**  
**da UNIVERSIDADE de COIMBRA**  
**INSTITUTO de HISTÓRIA ECONÓMICA e SOCIAL**

## **Aspectos interpretativos da historia político-administrativa da América Portuguesa nos séculos XVII-XVIII**

FRANCISCO J. C. FALCON  
Departamento de Historia da PUC - Rio

A história político-administrativa não goza de muitas simpatias no panorama da produção contemporânea. Ainda assim, arriscamo-nos, recentemente, a escrever um capítulo sobre a história das reformas pombalinas no espaço colonial luso-brasileiro do Setecentos, na tentativa de constatar o carácter “ilustrado” de tais reformas com as atitudes e os comportamentos das “elites” coloniais<sup>1</sup>.

Aproveitamos a oportunidade que nos oferece esta Revista para tentar avançar um pouco mais em relação àqueles aspectos de natureza mais interpretativa que, por ocasião da redação do referido capítulo, apenas foi possível esboçar. A título de *introdução*, apresentamos um esboço

<sup>1</sup> Falcon, Francisco J.C., “Portugal y Brasil en el Siglo XVIII. Las reformas del despotismo ilustrado y la sociedade colonial”, in: Tandeter, Enrique (Dir.), *Historia General de América Latina*, Parte III, Capítulo 10 - *La lucha por el control del Estado*. Unesco, Paris, 1996 (no prelo) 35 pp.

---

das características principais da história político-administrativa do espaço colonial luso-brasileiro no Século XVIII.

Quanto aos aspectos que intitulamos “interpretativos”, convém esclarecer que temos em vista a maneira como a historiografia tem tradicionalmente encarado determinados problemas, em contraste com tendências e propostas, ou hipóteses, mais recentes. Situam-se aí, por exemplo, a questão das fontes documentais - sua natureza e leitura; a situação ou “condição colonial”, as características e atuação da “burocracia”, e os comportamentos e atitudes das “elites coloniais” em face dos colonizadores.

## **Introdução**

### **A administração colonial luso-brasileira no Século XVIII**

Na passagem do Século XVII ao XVIII - final do reinado de D. Pedro II e começos do reinado de D. João V - a administração da América portuguesa<sup>2 3</sup> já havia incorporado muitas das experiências dos dois primeiros séculos de colonização, aí incluídos o período da dominação espanhola e as guerras holandesas. Sobreviviam ainda, é verdade, “duas administrações” - “real”, nas capitanias da Coroa, e privada, ou “senhorial”, nas capitanias de donatários - embora o poder régio tendesse, cada vez mais, a incorporar as antigas “capitanias hereditárias” à sua jurisdição direta.

A estrutura dessa administração compreendia numerosos órgãos e

<sup>2</sup> Durante o século XVIII, os textos oscilam entre “Brasil” e “Brasis”, havendo também referências a: “Estado do Brasil”, “América portuguesa”, “nossa América”. Entre a percepção da colônia como um todo - própria da metrópole, e as percepções locais e regionais - fragmentadas -, há uma enorme distância!

<sup>3</sup> Órgãos metropolitanos eram os sediados em Lisboa, situados no topo das hierarquias